



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental

Parecer nº 39/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0011250/2021-33

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 26065629 (SEI!)			
Processo SLA: 739/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Valério Espindola Ribeiro		CPF: 485.944.071-49	
EMPREENDIMENTO: Sítio Três Corações			
MUNICÍPIO: Uberlândia		ZONA: Rural	
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT: 19° 5' 40,63 S LONG: 48° 42' 33,62" W			
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Não há incidência de critério locacional.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-02-1	Avicultura	3	0
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo	NP	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:
LETICIA BARBARESCO VITORINO (Engenheira agrônoma)		CREA 19010D MG	14202000000006498899



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Rosamília Bello, Servidor(a) Público(a)**, em 26/02/2021, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 26/02/2021, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26066520** e o código CRC **390433B3**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 26065629 - SEI

O empreendimento "Sítio Três Corações de Valério Espíndula Ribeiro situado na zona rural do município de Uberlândia – MG, formalizou requerimento para renovação de licença do processo nº 981/2013/002/2014, concedido inicialmente para 173 000 aves, a capacidade nominal foi ampliada para 47 000 aves adicionais através da AAF- Autorização Ambiental de Funcionamento nº 981/2013/003/2017, totalizando 220 000 aves. Dando continuidade à regularização de atividade principal de avicultura e de atividade secundária de pecuária em sistema extensivo o empreendedor formalizou requerimento de renovação via processo administrativo nº739/2021 - SLA, sendo o mesmo orientado para Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), via apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atual atividade de avicultura possui como instalações 04 (quatro) barracões, na somatória possuem capacidade nominal para abrigar 220 000 aves. Os animais chegam aos alojamentos com 01 dia de vida e peso médio de 40 g, após decorridos o período de 42 dias atingem a idade para abate com peso médio de aproximadamente 2,5 kg. A empresa integradora BRF fornece os insumos utilizados, tais como rações, vacinas, medicamentos, materiais de desinfecção sanitária; bem como se responsabiliza por prestar assistência técnica necessária. Para exercício da atividade de pecuária o empreendedor possui um rebanho de cerca de 50 bovinos criados em regime extensivo em área de 15 hectares de pastagem.

Conforme verificado no SIAM - Sistema de Informações ambientais as condicionantes inseridas no processo nº 981/2013/002/2014 foram atendidas de forma satisfatória.

De acordo com o Recibo de Inscrição do Imóvel no CAR - Cadastro Ambiental Rural nº CAR: MG-3170206-42C1066AC5C94B138984FF97C9423225, a área total do imóvel é de 24,210 hectares, que equivale à 1,21 módulos fiscais, a área de Reserva Legal é de 4,840 hectares.

O empreendimento faz uso de recurso hídrico necessário para dessedentação animal e uso humano mediante duas captações, a primeira através de poço tubular para vazão de 8,70 m³ /hora, a mesma possui regularização junto ao IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas mediante Portaria de Outorga nº.868/2016 válida até 13/01/2021. A segunda captação em curso d' água superficial possui regularização junto ao IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas mediante processo de *Cadastro de Uso Insignificante* nº: 0000109244/2019, para vazão de 0,06 l/s, sendo esse cadastro válido até 07/03/2022.

A energia elétrica do empreendimento é proveniente de painéis solares fotovoltaicos instalados na propriedade.

Como principais impactos relacionados à atividade podemos destacar os resíduos sólidos relacionados à cama de frango, aos animais eventualmente mortos no processo de produção, as embalagens de medicamentos, o lixo doméstico e os efluentes líquidos constituídos pelo esgoto doméstico gerado nos sanitários. Os animais mortos são submetidos a processo de compostagem em composteira existente na propriedade, após a estabilização do composto o adubo orgânico resultante é comercializado á produtores rurais da região, a cama de frango é removida após decorrido o ciclo de crescimento animal também sendo comercializada a terceiros, as embalagens de medicamentos são temporariamente armazenadas em tambores e posteriormente são destinadas à empresa contratada pela integradora, o lixo doméstico é encaminhado à coleta pública municipal. O esgoto doméstico produzido nas residências da propriedade é tratado mediante uso de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento " Valério Espíndula Ribeiro - Sítio Três Corações para as atividades: *"avicultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo"*, município de Uberlândia - MG", pelo prazo de 10 anos", vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Sítio Três Corações de Valério Espíndula Ribeiro - 26065629 SEI

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Sítio Três Corações de Valério Espíndula Ribeiro - **26065629 SEI**

1- Laudos das composteiras

Apresentar anualmente durante a vigência da licença laudo técnico comprovando que as composteiras estão sendo manejadas adequadamente.

2 – Laudos do Sistema de Tratamento de Efluentes Domésticos

Apresentar anualmente laudo técnico e fotográfico comprovando a devida operação e manutenção nos sistemas de tratamento de esgoto doméstico existentes.

3- Laudos dos Sistemas de Manejo e Conservação de Solo

Apresentar anualmente laudo comprovando a adoção de práticas de manejo e de conservação de solo na propriedade

4- Certificado de Registro

Apresentar Certificado de Registro como consumidor de produtos ou subprodutos da Flora (lenha) emitido pelo IEF sempre que houver necessidade de renovação - Durante a vigência da Licença

5. Resíduos Sólidos

Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL		QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.	
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada		Quantidade Armazenada
							Razão social	Endereço completo				



(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017 ou outra que a vier substituir.
- A execução do Programa de Automonitoramento deverá observar o disposto na Deliberação Normativa COPAM nº 165/2011, que estabelece critérios e medidas a serem



adotadas com relação a este programa. Ainda, conforme a referida Deliberação, os laudos de análise e relatórios de ensaios que fundamentam o Automonitoramento deverão ser mantidos em arquivo no empreendimento ou atividade em cópias impressas, subscritas pelo responsável técnico legalmente habilitado, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, os quais deverão ficar à disposição dos órgãos ambientais.

- As normas e legislações específicas citadas neste Parecer devem ser observadas, inclusive as que vierem a sucedê-las.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.